

Instituto
Sou da Paz

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultado	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores
Instituto Sou da Paz
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Sou da Paz ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Sou da Paz em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

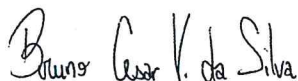
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de maio de 2019

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP023228/O-4



Bruno Cesar Vieira da Silva
Contador CRC SP270337/O-1

Instituto Sou da Paz

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.240.363	5.350.209	Fornecedores		18.184	35.526
Recursos vinculados a projetos	5	634.546	757.864	Obrigações - Trabalhistas e tributárias	9	546.069	446.693
Contas a receber	6	436.632	605.276	Outras contas a pagar	10	41.575	51.158
Outros créditos	7	37.113	49.889	Obrigações para projetos não realizados	11	731.094	964.840
Total ativo circulante		4.348.654	6.763.238	Total do passivo circulante		1.336.922	1.498.217
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		45.410	45.410	Provisão para contingências	12	-	65.800
Imobilizado	8	68.901	80.131	Total do passivo não circulante		-	65.800
Intangível	8	620	620				
Imobilizado - Com restrição		15.359	17.190	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		130.290	143.351	Patrimônio social	13	5.342.572	4.703.094
				(Déficit) superávit acumulado		(2.200.550)	639.478
				Total do patrimônio líquido		3.142.022	5.342.572
Total do ativo		4.478.944	6.906.589	Total do passivo e patrimônio líquido		4.478.944	6.906.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas operacionais líquidas			
Sem restrição			
Receitas operacionais	15	1.656.135	3.227.561
Receita com trabalho voluntário e gratuidades	17	<u>655.372</u>	<u>174.037</u>
		<u>2.311.507</u>	<u>3.401.598</u>
Com restrição			
Receitas de projetos recursos restritos	11	<u>1.503.572</u>	<u>2.236.264</u>
Total de receitas operacionais líquidas		3.815.079	5.637.862
Custos e despesas operacionais			
Sem restrição			
Despesas com pessoal e encargos sociais	16	(3.213.864)	(2.151.702)
Despesas gerais e administrativas	16b	(811.573)	(687.297)
Provisão para perdas	16	(9.525)	(10.111)
Provisão para contingências	16	-	(65.800)
Despesas com trabalho voluntário e gratuidades	17	<u>(655.372)</u>	<u>(174.037)</u>
		<u>(4.690.334)</u>	<u>(3.088.947)</u>
Custos e despesas operacionais			
Com restrição			
Custos com execução de projetos	11b	<u>(1.541.260)</u>	<u>(2.299.871)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(2.416.515)	249.044
Resultado financeiro			
Receitas financeiras - sem restrição	18	253.364	488.336
Receitas financeiras - com restrição	11	37.688	63.609
Despesas financeiras		<u>(75.087)</u>	<u>(161.511)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>215.965</u>	<u>390.434</u>
(Déficit) / superávit do exercício		<u>(2.200.550)</u>	<u>639.478</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	2018	2017
(Déficit) / superávit do exercício	(2.200.550)	639.478
Resultados abrangentes:	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(2.200.550)</u>	<u>639.478</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras:

Instituto Sou da Paz

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulad	Total do patrimônio
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.703.094	-	4.703.094
Superávit do exercício	-	639.478	639.478
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.703.094	639.478	5.342.572
Incorporação do superávit do exercício anterior	639.478	(639.478)	-
Déficit do exercício	-	(2.200.550)	(2.200.550)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>5.342.572</u>	<u>(2.200.550)</u>	<u>3.142.022</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Instituto Sou da Paz

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit/ Superávit do exercício	(2.200.550)	639.478
Ajustes do resultado do período		
Depreciação e amortização	22.183	29.688
Depreciação e amortização - Com restrição	4.956	4.937
(Reversão) provisão de contingências	(65.800)	65.800
(Aumento) redução nos ativos		
Valores a receber	168.644	528.899
Outros créditos	12.776	(416.467)
Despesas antecipadas	-	7.697
Depósitos judiciais	-	846
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(17.341)	7.648
Obrigações - Trabalhistas e tributárias	99.377	(88.857)
Outras contas a pagar	(9.583)	(5.756)
Obrigações para projetos não realizados	(233.746)	(749.292)
Fluxos de caixa (aplicado nas) decorrentes das atividades operacionais	<u>(2.219.084)</u>	<u>24.621</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível – sem restrição	(10.953)	(23.131)
Aquisição de imobilizado e intangível – com restrição	(3.127)	-
Fluxos de caixa utilizados nas atividades de investimentos	<u>(14.080)</u>	<u>(23.131)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento de caixa e equivalentes para execução de projetos	123.318	290.362
Fluxos de caixa decorrente das atividades de financiamento	<u>123.318</u>	<u>290.362</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.109.846)</u>	<u>291.852</u>
Demonstração do (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.350.209	5.058.357
No fim do exercício	<u>3.240.363</u>	<u>5.350.209</u>
(Redução) aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.109.846)</u>	<u>291.852</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Sou da Paz ("Instituto" ou "Entidade") é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, de âmbito nacional, e tem como missão contribuir para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção de violência que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos, por meio da mobilização da sociedade e do Estado e da implementação e difusão de práticas inovadoras nessa área. Para isso, foca seu trabalho em três grandes áreas: Gestão do Conhecimento, Prevenção da Violência e Sistema de Justiça Criminal.

Neste ciclo que se encerra em 2018, focamos em temas importantes para o avanço da segurança pública. Nesse sentido, o Brasil nunca destruiu tantas armas apreendidas como neste triênio, evitando que as já tiradas das mãos do crime pudessem voltar para as ruas. Fomos a fundo na medição da capacidade dos estados em esclarecer homicídios e descobrimos que ainda temos muito que avançar para conseguir que o país tenha uma investigação criminal de qualidade. Levantamos a bandeira dos protestos seguros, auxiliando na construção de mecanismos de negociação e planejamento para garantir o direito constitucional à livre manifestação. Ajudamos a fortalecer a integração e coordenação das políticas direcionadas aos jovens infratores, colocando as medidas socioeducativas e o Estatuto da Criança e do Adolescente na pauta do estado de São Paulo. Por fim, mas sem exaurir a lista de ações, reforçamos a necessidade de um olhar de gestão para resultados para as políticas de segurança pública, modernizando e trazendo mais eficiência para governos estaduais.

Os projetos acontecem principalmente na região metropolitana de São Paulo, e os trabalhos de assessoria e mobilização têm abrangências nacional e global. Os projetos executados durante 2018 foram:

a. Sou da Paz Analisa

O Boletim Sou da Paz Analisa é uma ferramenta que traz transparência às tendências criminais no estado de São Paulo. Em 2018, a partir da análise de estatísticas oficiais, ajudamos a população a compreender os principais desafios e os avanços da segurança pública, além de propor caminhos para melhorá-la.

As publicações do Boletim Sou da Paz Analisa trouxeram, ao longo do ano, análises aprofundadas e inéditas sobre dinâmicas criminais nas três regiões do estado de São Paulo, obtendo êxito em qualificar o debate público sobre o trabalho das polícias. O destaque foi o lançamento do inédito Índice de Exposição a Crimes Violentos (IECV), publicado com exclusividade pelo jornal O Estado de São Paulo. A publicação ranqueou todas as cidades do estado com mais de 50 mil habitantes, segundo cálculo de sua exposição a crimes letais, sexuais e de patrimônio.

No segundo semestre, produzimos uma análise inédita, dos delitos que motivaram as prisões efetuadas por mandado e em flagrante e das ocorrências de estupro. Alertamos que nos municípios interioranos de São Paulo as vítimas de estupro são significativamente mais jovens e há uma proporção maior entre os suspeitos de familiares e conhecidos (amigos, colegas, vizinhos, entre outros). Recomendamos que, para reduzir os índices de violência sexual, é fundamental uma abordagem multidisciplinar que não se limite à atuação das forças policiais.

b. OSF Projetos Institucionais

Financiado pela Open Society Foundations, atuamos em duas grandes frentes: (i) na área de Sistema de Justiça Criminal, projetos voltados às instituições diretamente responsáveis por atuar em resposta a uma situação de crime ou violência, seja na área das polícias, do sistema de justiça ou do sistema penitenciário (as metodologias desenvolvidas, sempre em parceria com essas instituições, buscam aprimorar essa atuação); e (ii) no campo de Gestão do Conhecimento e Incidência, intensificamos as atividades estruturadas a partir do monitoramento do debate público sobre a segurança pública e a violência, especialmente no Congresso Nacional, além do mapeamento de atores-chave desse debate e no desenvolvimento de estratégias para incidir na melhoria das políticas públicas. O foco principal de atuação concentrou-se no controle de armas de fogo e na reforma do modelo brasileiro de segurança pública.

c. Câmeras Cidadãs

Pelo terceiro ano consecutivo, auxiliamos o Banco Itaú a aprimorar seu investimento social na segurança pública, por meio da construção conjunta de propostas de melhoria para seu projeto de vídeo monitoramento Câmera Cidadã, realizado em conjunto com municípios e estados brasileiros.

O Instituto Sou da Paz tem trabalhado em parceria com o Banco Itaú desde 2011 em projetos relacionados à redução da violência e da criminalidade, e desde 2016 na avaliação e aprimoramento do Câmera Cidadã, iniciativa de investimento social privado do banco em segurança pública. Em 2018, o Sou da Paz elaborou um manual de implementação e execução de atividades para auxiliar os municípios parceiros do Itaú a potencializarem o seu vídeo monitoramento.

d. Fortalecendo a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)

Potencializar boas iniciativas e disseminar materiais construídos coletivamente pelos programas executores e pelos serviços que acolhem os adolescentes em conflito com a lei foram as realizações do projeto em 2018. Na atual execução deste projeto, as estratégias desenvolvidas buscaram ampliar o número de serviços públicos que acolhem adolescentes para cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e, também, qualificar a permanência dos adolescentes nestes espaços, de modo a favorecer o processo educativo, ressignificar as experiências que motivaram a prática infracional e minimizar a reincidência. Considerar as aptidões e interesses dos adolescentes e oferecer-lhes uma acolhida e suporte adequados durante o processo socioeducativo são essenciais para contribuir para a superação dos ciclos de violência. É com base nesta aposta que articulamos espaços de diálogo e discussão dos fluxos de atendimento entre os Serviços de Medidas Socioeducativas (SMSE-MA) e os equipamentos públicos do seu entorno, promovendo a organização de redes de atenção, a troca de experiências entre as unidades acolhedoras e a disseminação do Caderno de PSC construído no primeiro ano de execução do projeto e disponível em nosso website.

e. Protestos Seguros

Estimular um ambiente de livre manifestação fortalece a democracia brasileira. Por este motivo, o Sou da Paz propôs ferramentas e compartilhou informações para aprimorar o planejamento e gestão de protestos pelas instituições públicas, tornando-os mais seguros para ativistas e policiais e garantindo o direito à manifestação.

Episódios de violência e abusos policiais em manifestações levaram à reflexão sobre a necessidade de revisar protocolos policiais referentes à condução dos protestos. No âmbito do projeto Protestos Seguros, o Sou da Paz ofereceu subsídios técnicos à Polícia Militar do Estado de São Paulo para fortalecer a sua atuação em manifestações, além de facilitar o contato com as melhores práticas nacionais e internacionais em grandes manifestações populares. Em 2018, iniciamos projeto-piloto com o Comando de Policiamento de Área Metropolitana 01, responsável pela área central de São Paulo, para criação de uma estrutura inspirada na *Parades Commission*, iniciativa da Irlanda do Norte que objetiva facilitar mediações durante protestos e manifestações e prevenir episódios de violência.

À luz desta experiência, elaboramos diversas recomendações à Polícia Militar, entre elas a necessidade de ampliar canais de diálogo e melhorar a comunicação entre polícia e organizadores de manifestações, além de criar uma rede de policiais que atuem em protestos.

f. Indicadores Policiais e Política de Drogas

Com o objetivo de contribuir à otimização do trabalho policial e no direcionamento de esforços para indicadores estratégicos e de maior impacto na segurança pública, realizamos diagnóstico sobre a atuação policial em São Paulo em ações de apreensão de drogas e propusemos novas métricas para avaliar o desempenho da Polícia Militar nestas ocorrências.

É fundamental direcionar recursos policiais de forma estratégica em relação à apreensão de drogas para que a atuação seja focada no crime organizado e violento e na promoção de um atendimento mais humano para usuários. Este é o princípio que orienta os projetos sobre indicadores policiais e política de drogas desenvolvidos pelo Sou da Paz. Neste sentido, realizamos em 2018 a pesquisa *Apreensões de Drogas no Estado de São Paulo: Um raio-x das apreensões de drogas segundo ocorrências e massa*, que revelou que em 40% das ocorrências de drogas a polícia se ocupa com o usuário, não com o traficante. A partir desse diagnóstico, propusemos para a Polícia Militar do Estado de São Paulo a reorientação da escolha de indicadores do seu desempenho, pautando seus resultados no enfraquecimento do crime organizado e do tráfico.

Além do levantamento focado em São Paulo, compilamos dados de outros estados, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde o padrão se repete. Também concluímos a sistematização do Seminário Internacional de Segurança Pública e Gestão da Atividade Policial, realizado para 580 policiais, que será lançado na forma de livro, trazendo os principais avanços sobre política de drogas debatidos no evento.

g. Controle de Armas

O projeto tem como objetivo tornar políticas de controle de armas mais eficazes, através de diagnósticos e aumento da capacidade de análise de dados estratégicos. Coordenando e integrando as diversas instituições envolvidas na área, minimizando gargalos e ineficiências que impactam o trabalho de prevenir e coibir o tráfico de armas.

Um importante meio para reduzir a violência armada no Brasil é aprimorar e fortalecer o controle de armas e munições. Em 2018 o Sou da Paz atuou para implementar regulamentações eficientes, ampliar o acesso a dados de qualidade e a capacidade de investigação dos desvios destes artefatos.

O Sou da Paz sistematizou práticas eficientes para o controle e o combate ao tráfico de armas e munições, com o intuito de incentivar novos projetos e fomentar o diálogo sobre este tema entre organizações da sociedade civil e com governos da América Latina. A iniciativa gerou dois resultados: uma cartilha sobre ações para o controle de armamentos ao longo do ciclo de vida útil das armas e munições e um relatório prático sobre o combate ao tráfico, com o objetivo de incentivar que organizações públicas e da sociedade civil desenvolvam ações e projetos em prol da redução da violência armada. Estes produtos foram disseminados em redes de especialistas e conferências internacionais em vários países, proporcionando abertura de canal de diálogo e cooperação com outras organizações da sociedade civil e instituições públicas, dialogando especialmente com os desafios da América Latina e Caribe.

Em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, reformulamos um curso de educação à distância sobre a Identificação de Armas e Munições oferecido a todos os profissionais de segurança pública do país pelo Ministério da Justiça (MJ).

Por meio de um acordo de cooperação, o Instituto Sou da Paz auxiliou na reformulação do curso Identificação de Armas e Munições, oferecido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ). Mediamos a contratação de peritos que atualizaram o conteúdo do curso, incluindo a identificação de munições, rastreamento de origem e a abordagem de novos desafios do mercado ilegal.

h. Controle e Esclarecimento de Homicídios

O projeto propõe elaboração de metodologia-piloto para criação de um Indicador Nacional de Esclarecimentos de Homicídios, divulgado através da publicação *Onde Mora a Impunidade?* O índice tem como objetivo mensurar o desempenho das investigações policiais desse crime, criando um *ranking* dos Estados da federação.

Ao longo de 2018, coletamos informações para atualizar e completar o Indicador Nacional de Esclarecimento de Homicídios, a fim de medir o desempenho das investigações criminais em cada unidade da federação e dar transparência ao desafio premente de garantir a responsabilização por mortes violentas no Brasil.

i. Gestão para resultados em Goiás

Ao longo do ano, Goiás aprimorou sua política de gestão para resultados na segurança pública com o apoio técnico da equipe do Sou da Paz.

O Sou da Paz formalizou um Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás para contribuir com o aprimoramento de sua política de gestão orientada para resultados, a Goiás Cidadão Mais Seguro. O trabalho se desenvolveu em duas frentes: a ampliação dos incentivos aos policiais participantes de maneira a aumentar seu engajamento no programa, por meio da proposição de incentivos não financeiros, como o oferecimento de medalhas que pontuam a ficha do policial para sua promoção, vagas em cursos de capacitação e cerimônia de reconhecimento. Outra frente foi o aprimoramento da qualidade das informações criminais e confiabilidade do sistema de gestão de dados sobre crimes e produtividade policial que orienta o programa.

j. Mapa do Encarceramento

A fim de avaliar a efetividade do investimento de recursos públicos em ações de prevenção e de repressão da violência, o Instituto Sou da Paz analisou os custos financeiros de prisões provisórias na cidade de São Paulo e de determinados programas sociais voltados à juventude paulista e grupos vulneráveis. Firmou-se um convênio com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo por meio do qual pesquisadores do Instituto estudaram as prisões de quase 20 mil presos provisórios detidos na capital e em algumas cidades da grande São Paulo (Franco da Rocha, Osasco e Guarulhos) em 2016 e 2017. Além de dimensionar a concentração territorial do encarceramento em São Paulo, o levantamento propõe intervenções sociais nos bairros que apresentam altos índices de encarceramento e a efetivação de medidas já previstas em lei voltadas à garantia dos direitos fundamentais de presos provisórios no estado. Essas recomendações impulsionaram ações de *advocacy*, comunicação e mobilização social realizadas pelo Sou da Paz, Nossas Cidades e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) em setembro e outubro para pressionar candidatos ao Governo de São Paulo a assumirem compromissos claros e específicos com relação à gestão do encarceramento de presos provisórios no estado.

k. Agendas Eleitorais

O Sou da Paz buscou engajar a opinião pública e os principais candidatos ao Governo Federal, com a Agenda Segurança Pública É Solução, e ao Governo do Estado de São Paulo, com a Agenda São Paulo Pode Mais na Segurança Pública, para a adesão a um conjunto de propostas concretas voltadas à melhoria da segurança pública e redução da violência.

Agenda Segurança Pública é Solução

Elaboramos, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto Igarapé, a Agenda Segurança Pública é Solução, trazendo propostas concretas e apoiadas em evidências para a melhoria da segurança pública do país. A agenda traz como prioridades a redução e prevenção dos crimes violentos e o enfraquecimento das estruturas do crime organizado. E, a partir delas, apresenta propostas para um sistema eficiente de gestão e estruturas estatais coercitivas e regulatórias capazes de enfrentar o crime, aumentar a efetividade e eficiência do trabalho policial, reestruturar o sistema prisional, implementar programas de prevenção da violência, reorientar a política de drogas e regular o controle das armas de fogo.

Agenda São Paulo Pode Mais na Segurança Pública

O Instituto Sou da Paz elaborou a Agenda São Paulo Pode Mais na Segurança Pública após escuta de representantes das forças de segurança no estado de São Paulo. Ela é composta por propostas detalhadas e customizadas para superar os desafios de segurança pública no estado. Seu foco é aprimorar a atividade policial, a gestão da política de segurança, o controle de armas e munições, o sistema prisional e o combate ao crime organizado, além de subsidiar políticas públicas de prevenção da violência.

O Sou da Paz mobilizou a opinião pública e os principais candidatos ao Governo Federal e ao Governo do Estado de São Paulo às duas agendas, assim como monitorou diariamente os posicionamentos dos principais candidatos sobre diversos temas, abordados pelos documentos, nas redes sociais e junto à imprensa. Com isso, conseguimos que as propostas fossem incorporadas por boa parte dos planos de governo e jogamos luz no debate sobre segurança pública nas eleições.

Além do relacionamento com a imprensa tradicional para manutenção da agenda na pauta, firmamos parceria com a Agência Radioweb, que produz e distribui conteúdos para rádios populares de todo o Brasil, com o objetivo de capilarizar e difundir para um maior número de pessoas soluções concretas para a segurança pública.

l. Rede de Proteção Integrada

A articulação em rede é hoje um importante desafio no sistema socioeducativo. Em 2018, promovemos a estruturação de espaços de diálogo e de organização do trabalho, fundamentais para a superação das violações e a garantia de direitos aos adolescentes em conflito com a lei.

Iniciado em agosto de 2018, o projeto Rede de Proteção Integrada: trabalho de articulação e mobilização na Brasilândia vem reunindo diversos atores do Sistema Socioeducativo no Fórum de Medidas Socioeducativas (MSE) da Freguesia do Ó/Brasilândia, promovendo a interlocução intersetorial e intergovernamental prevista no Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo. A participação dos representantes de diversas secretarias da Prefeitura e do Governo do Estado, dos serviços executores das medidas socioeducativas, do Poder Judiciário e de órgãos de defesa de direitos, como o Conselho Tutelar, faz deste fórum um importante espaço de articulação local e pretende impulsionar a implantação da Comissão Gestora Local. O projeto tem buscado contribuir com os espaços formativos e de informação sobre as medidas socioeducativas, inclusive com a disseminação mensal do boletim Articulação na Medida.

m. Projetos encerrados e liquidados em 2018

- (i) Câmeras Cidadã
- (ii) Fortalecendo a Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)
- (iii) Indicadores Policiais e Política de Drogas
- (iv) Controle de Armas
- (v) Controle e Esclarecimento de Homicídios
- (vi) Gestão para resultados em Goiás
- (vii) A Administração apresenta a movimentação financeira - contábil dos projetos em andamento e encerrados no exercício, recursos recebidos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) pela Entidade conforme nota explicativa nº 12.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias.

A emissão das demonstrações foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 31 de maio de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 3.2. (ii) - Vida útil estimada do ativo imobilizado
- Nota Explicativa nº 6 - Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa
- Nota Explicativa nº 12 - Provisão para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas.

(iv) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), cujo vencimento original seja de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(v) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2018 e 2017, incluindo operações de *hedge*.

3.2 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis e utensílios	5 anos
Instalações	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

a. Imobilizado - Com restrição

Os itens do ativo imobilizado com restrição são itens adquiridos com recursos financeiros advindos de projetos e que estão vinculados à prestação dos serviços e execução das atividades relacionadas, que ao final do projeto deverão reverter ao patrimônio da Entidade por meio de termo de doação.

3.3 Intangíveis

a. Reconhecimento, mensuração e amortização

O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (*software*), que são amortizados usando método linear à taxa de 20% ao ano.

3.4 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.5 Contas a receber

Os valores a receber são compostos por contratos firmados com financiadores, adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e conhecidos.

3.6 Demais ativos

Os ativos são demonstrados pelos valores conhecidos ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidas.

3.7 Passivos circulantes

Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridas.

3.8 Obrigações para projetos não realizados

Os valores para projetos não realizados são compostos por valores recebidos e respectivas parcelas a receber dos financiadores de acordo com os contratos firmados, ainda não aplicados nos projetos relacionados. O Instituto denomina como "Administrativo" o controle da movimentação dos recursos utilizados para a manutenção da estrutura compartilhada entre os projetos sede e de recursos humanos de acordo com os critérios de rateio estabelecidos, além daqueles captados com esse fim exclusivo.

3.9 Benefícios a empregados

O Instituto não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O Instituto denomina como "Provisões Trabalhistas" uma conta exclusiva na qual são depositados mensalmente os valores provisionados para o custeio das obrigações de 13º salário, férias, FGTS e verbas e encargos rescisórios.

3.11 Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

3.12 Reconhecimento de Receitas

(i) Contribuições

As receitas de contribuições são reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e as despesas incorridas.

(ii) Donativos

As doações para financiar os custos da Entidade são reconhecidas no resultado do exercício para o qual o recurso foi destinado pelo associado. Os valores recebidos por doações e empregados nos projetos são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa em contrapartida à conta de obrigações para projetos não realizados nos passivos circulante e não circulante.
- **Consumo como despesa:** quando ocorrem os gastos com os projetos, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de obrigações para projetos não realizados nos passivos circulante e não circulante.

(iii) Gratuidades

As receitas com gratuidades são reconhecidas contabilmente de acordo com o benefício de desconto firmado entre os fornecedores ou prestador de serviço e o Instituto, adotando o critério de competência.

(iv) Voluntariado

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Instituto sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo e levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

3.13 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias.

3.14 Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.15 Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 22.

3.16 Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Bens numerários	15	3.965
Depósitos bancários	376.600	775.005
Aplicações financeiras (a)	<u>2.863.748</u>	<u>4.571.239</u>
	<u>3.240.363</u>	<u>5.350.209</u>

a. Aplicações financeiras

	2018	2017
DI Compromissada Itaú 00.775-4	1.813.671	1.910.578
DI Compromissada 00.787-9	36.452	52.884
CDB 00.775-4	693.900	1.918.619
CDB Itaú 00.787-9	170.085	610.030
Itaú 00.296-1	-	79.128
CDB Itaú 00783-8	<u>149.640</u>	<u>-</u>
	<u>2.863.748</u>	<u>4.571.239</u>

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao CDB. O rendimento médio aproximado em 2018 foi de 8,85% a.a. (9,52% a.a. em 2017).

O resultado contabilizado em 2018 com a receita de aplicações financeiras foi de R\$ 253.364 (R\$ 488.336 em 2017) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício em "Receitas com aplicações financeiras".

5 Recursos vinculados a projetos

Os valores recebidos e ainda não empenhados em projeto ficam registrados na rubrica de "Recursos vinculados a projetos", em contra partida a obrigações para projetos não realizados nos passivos circulante e não circulante. A Entidade mantém os recursos recebidos aplicados financeiramente enquanto não investidos nas atividades ligadas ao projeto.

Banco - Conta corrente	2018	2017
Bens numerários (a)	-	8
Depósitos bancários (b)	51.516	226.568
Aplicações financeiras (c)	583.030	531.288
Recursos vinculados (d)	-	-
	<u>634.546</u>	<u>757.864</u>

a. Bens numerários - Projetos

Descrição	2018	2017
OSI Projetos Institucionais	-	8

b. Depósitos bancários

Descrição	Projetos	2018	2017
Itaú S.A. - 00.769-7	Protestos	867	7.067
Itaú S.A. - 00.783-8	Sou da Paz Analisa	-	(183)
Itaú S.A. - 00.773-9	Balanço e Gestão de Metas	-	54
Itaú S.A. - 00.785-3	Câmeras Cidadãs	97	(158)
Itaú S.A. - 00.304-3	Adolescentes	-	133.026
Itaú S.A. - 00.766-3	Práticas	93	2.887
Itaú S.A. - 00.789-5	Controle	40.590	92.858
B. Brasil 23.626-8 (a)	PSC	4.889	(5.484)
B. Brasil 23.523-7 (a)	Reincidência	32	(3.499)
Itaú S.A. - 00.773-9	Agenda Eleitoral 2018	300	-
Itaú S.A. - 00.767-1	Gestão para Resultados Goiás	140	-
Itaú S.A. - 00.304-3	Mapa do Encarceramento	2.978	-
Itaú S.A. - 01.302-6	GTI Fumcad	1.530	-
		<u>51.516</u>	<u>226.568</u>

- (a) Os saldos negativos de contas são referentes a operações de conta garantida que foram cobertas no exercício subsequente 2018, os valores não foram reclassificados para o passivo circulante em função da materialidade dos valores envolvidos e por serem recursos a ser utilizados em projetos.

c. Aplicações financeiras - Projetos

Descrição	Projetos	2018	2017
Compromissada 00.773-9	Balanco e Gestão de Metas	-	5.590
Compromissada 00.304-3	Mapa do Encarceramento	30.632	-
Compromissada 23.523-7	Reincidência	-	3.528
Compromissada 23.626-8	PSC	-	14.942
CDB BB 23.523-7	Reincidência	1.880	1.825
CDB BB 23.627-6	Troca e Tecnologias	2.829	2.746
CDB Itaú 00.769-7	Protestos	82.814	82.262
Itaú 00.766-3	Práticas	47.162	81.715
Itaú 00.789-5	Controle	1.101	2.336
Itaú 01302-6	GTI - Fumcad	10.137	-
Itaú 01302-6	GTI - Fumcad	12.845	-
B. Brasil 23.523-7	Reincidência	347.718	336.344
Itaú 0773-9	Agenda eleitoral	45.912	-
		<u>583.030</u>	<u>531.288</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao CDB. O rendimento médio aproximado em 2018 foi de 6,46% a.a. (9,48% a.a. em 2017).

O resultado contabilizado em 2018 com a receita de aplicações financeiras foi de R\$ 37.688 (R\$ 63.606 em 2017) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício em "Receitas de projetos restritos e receitas financeiras".

d. Recursos vinculados

Banco - conta corrente	2018	2017
Fundo de investimento referenciado (a)	203.779	203.779
Provisão para perda	(203.779)	(203.779)
	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) A aplicação financeira (fundo de investimento referenciado) no montante de R\$ 203.779 (R\$ 203.779 em 2017) refere-se à conta investimento restrita (bloqueada) em nome do Instituto, referente a recursos de um projeto já finalizado, em que o Instituto utilizou recursos próprios para sua execução. Devido à demora nos trâmites internos do Ministério do Esporte na liberação dos recursos constantes na conta, o Instituto tomou medidas administrativas e jurídicas para a liberação desses recursos, aguardando que qualquer uma destas solucione a questão. Enquanto os recursos não são liberados, a Administração do Instituto mantém uma provisão para eventuais perdas sobre estes recursos.

6 Contas a receber

Descrição	Projetos	2018	2017
Secretaria de Desenvolvimento	PSC	171.971	171.971
Instituto Betty E A Jacob Lafer	Agenda eleitoral	52.507	-
Secretaria de Desenvolvimento	Troca de Tecnologias	-	155.520
Open Society Foundations	GTI Rede de Proteção Integrada	193.480	-
Open Society Foundations	Práticas e Controles de Drogas	-	132.296
Fundo Brasil de Direitos Humanos	Mapa do Encarceramento	18.674	-
Consulado Geral da Rep.da Alemanha	Controle de Arma	-	145.489
		<u>436.632</u>	<u>605.276</u>

6.1 *Aging list* do contas a receber

	2018	2017
A vencer		
Títulos a vencer	264.661	433.305
Vencidos		
Entre 91 e 180 dias	-	171.971
Acima de 181 dias	171.971	-
	436.632	605.276

O montante de R\$ 436.632 (R\$ 605.276 em 2017) corresponde a valores a receber referentes aos projetos em andamento, descritos na nota explicativa nº 5, com um prazo médio de recebimento dos valores inferiores a 365 dias. Os valores em aberto estão em fase de negociação, e a Administração espera que o seu recebimento seja concretizado durante o primeiro semestre de 2019.

6.2 Metodologia de provisionamento para Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas com Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis e, quando necessário, constitui-se provisão em montantes suficientes para cobertura de eventuais perdas por não recebimentos. De acordo com a análise individualizada dos títulos e negociação com seus clientes para recebimento dos títulos em aberto, a administração não constituiu provisão baseada na expectativa de recebimento aos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2018.

7 Outros créditos

Descrição	2018	2017
Impostos a recuperar	6.389	6.388
Adiantamento de férias	18.557	22.556
Empréstimos a funcionários	3.519	700
Adiantamento a terceiros	8.648	20.245
	37.113	49.889

8 Ativo imobilizado e intangível

	Ativo imobilizado				Intangível		Total geral
	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Marcas e patentes	Software	
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	70.405	48.963	147.242	65.427	620	33.593	366.250
Adições	18.636	-	3.455	1.040	-	-	23.131
Saldo em 31 de dezembro de 2017	89.041	48.963	150.697	66.467	620	33.593	389.381
Adições	-	-	-	10.953	-	-	10.953
Saldo em 31 de dezembro de 2018	89.041	48.963	150.697	77.420	620	33.593	400.334
Depreciação e amortização							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(48.988)	(45.571)	(117.227)	(33.814)	-	(33.342)	(278.942)
Adições	(7.204)	(2.077)	(14.332)	(5.824)	-	(251)	(29.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(56.192)	(47.648)	(131.559)	(39.638)	-	(33.593)	(308.630)
Adições	(5.143)	(430)	(10.379)	(6.231)	-	-	(22.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(61.335)	(48.078)	(141.938)	(45.869)	-	(33.593)	(330.813)
Valor contábil							
Em 31 de dezembro de 2017	32.849	1.315	19.138	26.829	620	-	80.751
Em 31 de dezembro de 2018	27.706	885	8.759	31.551	620	-	69.521

9 Outras obrigações - Trabalhistas e tributárias

Descrição	2018	2017
Obrigações previdenciárias	77.682	66.871
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	56.811	96.139
Impostos e contribuições a recolher	10.288	3.291
Contas a pagar Pessoa Física (PF)	-	682
Provisões trabalhistas (a)	<u>401.288</u>	<u>279.710</u>
	<u>546.069</u>	<u>446.693</u>

(a) O saldo inclui provisões sobre INSS, férias e 13º salário.

10 Outras contas a pagar

Descrição	2018	2017
Outras contas a pagar	-	9.583
COFINS a pagar (a)	<u>41.575</u>	<u>41.575</u>
	<u>41.575</u>	<u>51.158</u>

(a) O Instituto optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar extraordinário, e efetuou recolhimento em juízo, por meio de depósitos judiciais, enquanto aguarda o resultado da discussão judicial. Vide detalhamento do andamento do processo conforme nota explicativa nº 12.

11 Obrigações para projetos não realizados

Descrição	Projeto	2018	2017
Open Society Foundations	Protestos	154.359	88.062
Secretaria Municipal de Direitos Humanos SP	Rede de Proteção Integrada	154.234	-
Instituto Betty E A. Jacob Lafer	Agendas Eleitorais	98.709	-
Fundo Brasil Direitos Humanos	Mapa do Encarceramento	52.277	-
Open Society Foundations	EAD Drogas	89.302	-
Secr. Estadual de Desenvolvimento Social SP	Reincidência	83.674	72.206
Secr. Estadual de Desenvolvimento Social SP	PSC	49.345	50.745
Consulado Geral da República da Alemanha	Controle de Armas	19.822	217.543
Open Society Foundations	OSF Projetos Institucionais	12.962	12.962
Secr. Estadual de Desenvolvimento Social SP	Troca e Tecnologias	7.799	7.799
COFINS a pagar	Convênios	7.021	7.102
Secretaria Municipal de Direitos Humanos SP	Adolescentes	1.450	130.054
AMBEV	Gestão para Resultados Goiás	140	-
Contas a pagar para Troca e Tecnologias	Reincidência	-	155.520
Imprensa Oficial	Prêmio Polícia Cidadã 2015	-	750
TVML Foundations	Sou da Paz Analisa	-	(184)
Itaú Unibanco	Câmeras Cidades	-	(159)
Instituto Betty E A. Jacob Lafer	Balanco e Gestão de Metas	-	5.644
Open Society Foundations	Pratica Controle de Drogas	<u>-</u>	<u>216.796</u>
Total geral		<u>731.094</u>	<u>964.840</u>

a. Movimentação dos recursos vinculados a projetos

A seguir, apresentamos os projetos em andamento no exercício, recursos recebidos pela Entidade, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Descrição projeto	Saldos em 31/12/2017	Contratação de novos projetos	Receitas financeiras	Consumo	Saldos em 31/12/2018
COFINS a pagar	-	-	-	-	7.021
Prêmio Polícia Cidadã 2015	750	-	-	(750)	-
OSF Projetos Institucionais	12.962	-	-	-	12.962
Adolescentes	130.053	-	2.340	(130.943)	1.450
Sou da Paz analisa	(183)	-	-	183	-
Balanço e gestão de metas	5.644	-	-	(5.644)	-
Câmeras cidadãos	(159)	-	-	159	-
Câmeras cidadãos - segunda fase	-	300.000	3.315	(303.315)	-
PSC	50.745	-	-	(1.400)	49.345
Troca e tecnologia	7.799	-	-	-	7.799
Reincidência	72.206	-	14.648	(3.181)	83.673
Protestos	88.062	305.950	7.410	(247.063)	154.359
Controle de drogas	216.796	-	4.615	(221.411)	-
Agenda eleitoral	-	221.934	3.124	(126.349)	98.709
Gestão para resultado Goiás	-	50.000	866	(50.726)	140
GTI Fumcad	-	320.153	155	(166.073)	154.235
Mapa do encarceramento	-	161.888	1.215	(110.826)	52.277
EAD Drogas	-	89.302	-	-	89.302
Controle de armas	217.543	(23.526)	-	(174.195)	19.822
Total passivo	802.218	1.425.701	37.688	(1.541.534)	731.094

b. Custos com a execução de projetos - Receitas e receita financeira de projetos restritos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.15, as despesas incorridas são empregadas na medida de execução dos projetos. Em 31 de dezembro de 2018, os custos com execução de projetos estão apresentados da seguinte forma:

	Despesa com pessoal	Encargos	Provisões férias e 13º salário	Programa alimentação	Assistência Médica e odontológica	Serviços de terceiros	Transportes	Despesas Gerais e adm.	Despesas financeiras	Custos compartilhados	2018
Projeto											
Reincidência	-	-	-	-	-	-	-	(385)	(2.805)	-	(3.191)
PSC	-	-	-	-	-	-	-	(577)	(822)	-	(1.399)
Adolescentes	(268)	(38)	-	-	-	-	-	(128.981)	(2.011)	-	(131.298)
Protestos	(24.082)	(8.244)	(7.450)	(5.628)	(4.465)	-	(9)	(2.579)	(2.758)	(61.377)	(116.593)
Práticas policiais	(72.771)	(24.278)	(13.133)	(1.970)	(2.322)	(22.772)	(683)	(11.363)	(4.430)	(67.689)	(221.411)
Controle de armas (b)	(50.149)	(15.089)	(5.808)	(4.475)	(2.856)	(36.515)	-	(47.027)	(1.680)	(10.596)	(174.195)
Gestão para resultados goiás	-	-	-	-	-	(7.500)	-	(22.031)	(1.553)	(19.641)	(50.725)
Mapa do Encarceramento	(5.000)	(450)	-	-	-	(12.800)	-	(1.911)	(1.755)	(89.177)	(111.093)
Câmeras cidadãs fase 2	(93.841)	(26.576)	(19.970)	(84)	(744)	(198)	(1.665)	(18.872)	(3.908)	(137.070)	(302.929)
Agenda eleitoral	(17.754)	(900)	-	(4.017)	-	(26.226)	(3.046)	(37.885)	(1.572)	(40.482)	(131.882)
Protestos II	(72.767)	(29.449)	(10.384)	(3.321)	(810)	(366)	(1.229)	(8.580)	(696)	(2.868)	(130.471)
GTI Fumcad	(21.388)	(12.220)	(16.330)	(3.472)	-	(8.008)	-	(941)	(345)	(103.368)	(166.073)
	(358.020)	(117.244)	(73.075)	(22.967)	(11.197)	(114.385)	(6.632)	(281.132)	(24.335)	(532.268)	(1.541.260)

- (a) O resultado contabilizado em 2018 com a receita de aplicações financeiras foi de R\$ 37.688 (R\$ 63.609 em 2017) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício em "Receitas de projetos restritos e receitas financeiras", e Receitas de projetos recursos restritos no montante de R\$ 1.503.572. A Entidade reconheceu um total de Receitas de projetos recursos restritos de R\$ 1.541.260.
- (b) As informações financeiras do projeto Controle de Armas, parte financiado pelo Consulado Geral da República Federativa da Alemanha, estão contidas no balanço patrimonial do exercício 2018 e seguem as normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas e pelos controles internos.

12 Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

	2018	2017	
Provisões trabalhistas	-	65.800	
	Saldo inicial		Saldo final
	01/01/2018	Baixas	31/12/2018
Trabalhistas	65.800	(65.800)	-

a. Riscos avaliados como perdas possíveis

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade para as causas fiscais e trabalhistas nos respectivos montantes de R\$ 4.133.287 e R\$ 0 (R\$ 913.976 e R\$ 433.441 em 2017), não estão provisionados, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas não requerem sua contabilização.

Os principais processos de natureza fiscal com risco de perda possível estão descritos a seguir:

a.1 *Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)*

O Instituto Sou da Paz, em razão de sua natureza de entidade sem fins lucrativos de assistência social, requereu perante a Prefeitura Municipal de São Paulo, em 20 de agosto de 2008, pedido de reconhecimento de sua imunidade tributária ao Imposto sobre Serviços (ISS), com base no art. 150, VI, “c” da Constituição Federal. O processo sob nº 2008-0.308.088-0 tramita na esfera administrativa sem decisão alguma até a presente data.

Em razão de não ter sido finalizada a análise do mérito do pedido de reconhecimento de imunidade, o Fisco autuou o Instituto referente aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 (Auto de Infração nº 66815525 - 2008, Autos de Infração nºs 66.953.715, 66.953.685 e 66.953.677 - 2009 e Auto de Infração nº 67.107.010 - 2010), para evitar a decadência referente aos eventuais débitos.

O Instituto Sou da Paz apresentou defesa administrativa em 19 de dezembro de 2013, 23 de dezembro de 2014 e 4 de dezembro de 2015, referente aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, respectivamente, questionando a autuação com base no art. 15 da Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 1º de fevereiro de 2008, que determina que o trâmite regular de pedido de reconhecimento de imunidade é causa suspensiva de exigibilidade de título.

A Secretaria de Finanças deferiu parcialmente o reconhecimento de imunidade do ISS, em janeiro de 2016, abrangendo exclusivamente os serviços prestados sob os Códigos de Serviços nºs 02097 e 05762. Sendo mantida a tributação sob os demais códigos. Dessa decisão, o Instituto recorreu administrativamente, onde em 2018 houve o julgamento final considerando improcedente a solicitação do Instituto, onde foi decidido entrar com uma ação anulatória de débito fiscal.

Na hipótese de não ser reconhecida a imunidade do Instituto ao ISS, o montante de imposto a recolher apurado sobre eventuais prestações de serviço realizadas pelo Instituto Sou da Paz referente aos anos de 2008 à 2010 atualizados correspondem a R\$ 270.686.

Em agosto de 2018 para evitar a decadência referente aos eventuais débitos dos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014 o Fisco atuou o Instituto Sou da Paz (autos de Infração 006.746.804-7, 006.746.805-5, 006.746.806-3, 006.746.807-1, 006.746.808-0 e 006.746.809-8) onde foi apresentada defesa administrativa em 21 de setembro de 2018 que aguarda julgamento da Impugnação. Os valores atualizados somam R\$ 3.513.357.

a.2 PIS/PASEP e COFINS

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8.426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo devem apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Define a Lei nº 10.637/02, em seu art. 8º, e a Lei nº 10.833/03, em seu art. 10, que as pessoas jurídicas imunes a impostos ficam sujeitas ao regime cumulativo das contribuições. Assim, por não haver tratamento específico, as pessoas jurídicas isentas, como o Instituto, se sujeitariam ao regime não cumulativo e, portanto, deveriam tributar suas receitas financeiras conforme o Decreto nº 8.426/2015, que traz as alíquotas de 0,65% para PIS/PASEP e 4% para COFINS. Visto que, conforme art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP de entidades isentas é calculada sobre a folha de salários, somente ocorreria a apuração de COFINS sobre as receitas financeiras das entidades isentas.

O Instituto optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar extraordinário, tendo como base: inconstitucionalidade da instituição do tributo, com base na imunidade, respaldada no art. 195, § 7ª da Constituição Federal, amparada pelo art. 3º da Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

13 Patrimônio líquido

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelo superávit e/ou déficit acumulados. O saldo do patrimônio social será aplicado em projetos e também na manutenção do Instituto nos exercícios futuros e não poderá ser distribuído entre os associados, diretores, instituidores, benfeitores ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente.

Na hipótese de dissolução do Instituto, seu patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica sem fins lucrativos, qualificada nos termos de lei vigente, aplicável a entidades sem fins lucrativos, e que, preferencialmente, tenha o mesmo objeto social do Instituto.

14 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva foi de R\$ 282.319. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

15 Receitas operacionais - Sem restrições

Descrição	2018	2017
Contribuições do exterior (a)	1.585	2.004.767
Contribuições Pessoas Jurídicas	1.630.550	1.200.000
Contribuições Pessoas Físicas e mensalidades	24.000	22.594
Custo com doações de bens	<u>-</u>	<u>200</u>
	<u>1.656.135</u>	<u>3.227.561</u>

- (a) Contribuições no exterior referem-se aos valores recebidos a título de captação de recursos para fins institucionais, provenientes de financiadores de outras organizações ou empresas com sede no exterior.

16 Custos e despesas operacionais - Sem restrição - Despesas com pessoal e encargos sociais

Descrição	2018	2017
Despesas com pessoal e encargos sociais (a)	(3.213.864)	(2.152.702)
Despesas gerais e administrativas (b)	(811.573)	(687.297)
Provisão para perda	(9.525)	(10.111)
Provisão de contingência trabalhista	<u>-</u>	<u>(65.800)</u>
	<u>(4.034.962)</u>	<u>(2.914.910)</u>

a. Despesas com pessoal

Descrição	2018	2017
Salários	(2.036.320)	(1.402.871)
13º Salário	(172.054)	(130.276)
Férias	(251.798)	(289.835)
INSS	(590.445)	(421.218)
FGTS	(196.240)	121.523
PIS	(22.943)	(16.471)
Benefícios sociais (VT+VR e assistência médica)	<u>(295.366)</u>	<u>(214.158)</u>
Rateio de despesas compartilhadas com projetos (a)	<u>351.302</u>	<u>201.604</u>
	<u>(3.213.864)</u>	<u>(2.152.702)</u>

b. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2018	2017
Serviços de terceiros	(445.630)	(349.062)
Despesa com ocupação	(298.927)	(190.451)
Viagens	(73.824)	(71.383)
Depreciação	(26.178)	(29.691)
Outras despesas	<u>(148.732)</u>	<u>(134.890)</u>
Rateio de despesas compartilhadas com projetos (a)	<u>181.718</u>	<u>88.180</u>
	<u>(811.573)</u>	<u>(687.297)</u>

- (a) A Administração da Entidade efetua o rateio do custo e despesas administrativas sobre os projetos em curso de acordo com critérios definidos em análises qualitativas e quantitativas sobre a realização de cada projeto, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

17 Gratuidades recebidas e trabalhos voluntários ou *pro bono*

Descrição	2018	2017
Conselheiros	92.800	150.037
Serviços recebidos em gratuidade (a)	<u>562.572</u>	<u>24.000</u>
	<u>655.372</u>	<u>174.037</u>

- (a) Durante o exercício de 2018 a Entidade reconheceu como gratuidade recebida valores relacionados ao planejamento, criação offline (filme para TV, mídia impressa, spot de rádio e mídia exterior), coordenação de produção, planejamento e coordenação de mídia referente a campanha publicitária #PenseDireitoNoSeuDireito.

Conforme estabelecido no item 19 da ITG 2002 (R1) e na Resolução CFC nº 1.409/2012, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

As gratuidades e trabalhos voluntários ou *pro bono* identificados pela Administração como tendo sido prestados nos exercícios de 2018 e 2017, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do resultado nas contas de "Receitas de Gratuidades", de "Custos com projetos" e "Despesas Gerais e Administrativas".

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que o Instituto estaria disposto a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

Nesse sentido, a Administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, no qual as informações sobre o custo dos serviços são amplamente divulgadas ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e a complexidade das operações do Instituto.

18 Receitas financeiras - Sem restrições

Receitas Financeiras	2018	2017
OSF Projetos	6.866	-
Administrativo	244.082	488.336
Novas Narrativas	<u>2.416</u>	<u>-</u>
Total	<u>253.364</u>	<u>488.336</u>

19 Receitas financeiras - Com restrições

Receitas Financeiras	2018	2017
Adolescentes	2.341	11.538
Agenda Eleitoral	3.124	-
Balanco e Gestão de Metas	-	1.335
Câmeras Cidadãs	3.314	11.853
Esclarecimentos de Homicídios	-	2.926
PSC	-	2.787
OSI Institucional	-	1.988
Gestão para resultados Goiás	866	-
GTI Fumcad	153	-
Mapa do Encarceramento	1.215	-
Práticas	4.616	12.974
PPC 2016	-	828
Protestos	7.410	8.109
Reincidência Juvenil	14.649	8.227
Sou da Paz Analisa	-	345
Troca de Tecnologias Sociais	-	699
Total	<u>37.688</u>	<u>63.609</u>

20 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- ISSQN
- COFINS sobre as receitas próprias.

A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção do imposto de renda, às quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas Autoridades Fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos à revisão por Autoridades Fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

20.1 IRPJ e CSLL

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit (superávit) de acordo com o art. 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e Lei nº 9.532/97.

20.2 ISS

A Entidade é isenta do pagamento de ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com a Lei nº 10.833/03.

20.3 COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03. A partir de 1º de julho de 2015, passou a incidir COFINS sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

20.4 PIS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada exclusivamente sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com o art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

21 Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração do Instituto.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Instituto foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017, sendo eles outras contas a receber e fornecedores, estão classificados como empréstimos e recebíveis.

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Instituto não detém instrumentos financeiros derivativos.

c. Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus associados. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de associados. A Entidade não espera perdas com os valores a receber de seus associados e, por esse motivo, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Entidade é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Entidade não tem risco de liquidez. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Entidade.

e. Risco de taxas de juros

A Entidade mantém parcela substancial das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI e determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados da Cetip, com data-base de 31 de dezembro de 2018, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 6,85%, cenário provável para o ano de 2018. A Entidade realizou duas simulações nas taxas de remuneração do CDI para as aplicações financeiras com aumento de 25% e 50%, cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir:

	Cenário Real	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Caixa e equivalentes			
Aplicações financeiras	2.863.748	2.863.748	2.863.748
Taxa anual estimada do CDI	6,85%	5,14%	3,43%
Efeito anual no caixa líquido	196.167	147.197	98.226

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDB e fundo de renda fixa.

f. Gestão de capital

Os objetivos da Entidade ao administrar seu patrimônio social são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Entidade para cumprir com seus objetivos descritos na nota explicativa nº 1.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Entidade pode rever a política de pagamento de contribuições dos associados e reduzir, por exemplo, o nível de gastos e endividamento.

g. Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Entidade. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

h. Instrumentos financeiros “não derivativos”

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos, passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Informações (*inputs*), exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para fins de divulgação, caso a Entidade tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores, por nível de hierarquia do valor justo demonstrados abaixo:

	Hierarquia de valor justo	2018	2017
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	376.615	778.970
Aplicações financeiras	Nível 2	2.863.748	4.571.239
Contas a receber		436.632	605.276
Outros créditos		<u>465.584</u>	<u>449.934</u>
		<u>4.142.579</u>	<u>6.405.419</u>
Passivos			
Fornecedores	Nível 1	<u>18.185</u>	<u>35.526</u>

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

22 Avais, fianças e garantias

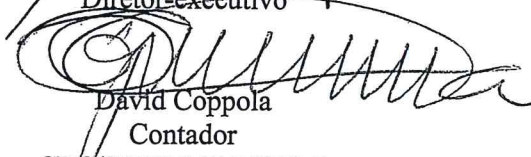
A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2018 e 2017.

23 Eventos subsequentes

Em 2019 o Instituto Sou da Paz iniciou um novo ciclo de Planejamento Estratégico para os seus próximos 4 anos, e conseguiu importantes renovações com seus principais financiadores institucionais como um contrato para os próximos 3 anos (2019, 2020 e 2021) com a Open Society Foundations no valor de US\$ 707.500, cerca de R\$ 2.583.436 e o contrato anual (2019) com o Instituto Lemann no valor de R\$ 1.200.000, assim como novas parcerias para seus projetos como a UBER e Nexa Recursos Minerais.

* * *

Ivan Contente Marques
Diretor-executivo


David Coppola
Contador
CRC/SP Nº 167.760/O-7